



Este texto é uma tradução automática. [Voltar à língua de origem](#). A Comissão Europeia não assume qualquer responsabilidade pela qualidade e pela exatidão desta tradução automática.

[Informações importantes sobre a tradução automática](#)

Perguntas e respostas sobre a reafetação de fundos da política de coesão

Brussels, 25 de março de 2026

Qual foi o objetivo da revisão intercalar dos programas da política de coesão?

No início do período de programação de 2021-2027, foram atribuídas aos Estados-Membros dotações financeiras nacionais indicativas para todo o período. Os Estados-Membros afetaram estes fundos a vários domínios e programas de investimento. No entanto, uma vez que as prioridades políticas mudaram profundamente nos últimos anos, a UE e os Estados-Membros tiveram de repensar os seus planos de investimento. A competitividade, a defesa e a preparação civil, a habitação sustentável e a preços acessíveis, a resiliência hídrica e a conectividade energética, bem como a necessidade de reforçar as competências relacionadas com estes domínios, surgiram nos últimos anos como prioridades políticas tanto para a UE como para os seus Estados-Membros.

A política de coesão inclui um mecanismo de flexibilidade integrado – a revisão intercalar dos programas – que permite aos Estados-Membros ajustar os seus planos de investimento para os últimos anos do período de execução, a fim de satisfazer a evolução das necessidades.

No entanto, no contexto da revisão intercalar de 2025, com base na [proposta da Comissão de abril de 2025](#), os legisladores adotaram novas medidas de revisão intercalar que incentivam os Estados-Membros a reprogramar parte dos seus fundos da política de coesão para as novas prioridades políticas. Com base nestas medidas, os Estados-Membros que reafectam os seus fundos de coesão a estas prioridades poderiam beneficiar de melhores condições financeiras. Foi concedido um tratamento ainda mais favorável às regiões orientais da UE que fazem fronteira com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia.

Que tipo de incentivos financeiros foram oferecidos aos Estados-Membros para reafetar fundos às novas prioridades?

É proposta uma taxa de pré-financiamento mais elevada (1,5 % para além dos 0,5 % regulamentares) aos programas que reafetam montantes substanciais às novas prioridades políticas. Esta taxa pode atingir 9,5 % para os fundos reprogramados nas regiões fronteiriças orientais. Os novos investimentos beneficiam igualmente de taxas de cofinanciamento da UE mais elevadas (mais 10 pontos percentuais em cada categoria de regiões). Graças a estas medidas, os Estados-Membros beneficiam de uma maior liquidez e de uma menor pressão sobre os orçamentos nacionais.

Por último, os programas que reafetam um certo nível de fundos às novas prioridades beneficiam de um ano adicional de elegibilidade dos fundos.

Todos os países da UE aproveitaram a oportunidade para reprogramar os fundos da política de coesão para prioridades estratégicas?

Dois Estados-Membros – a Áustria e o Luxemburgo – não reafetaram recursos financeiros a novas prioridades durante a revisão intercalar da política de coesão. Esta decisão resultou da sua execução já antecipada de fundos, que deixou montantes mínimos não utilizados. No entanto, os planos de investimento em ambos os países estão firmemente alinhados com as prioridades da revisão intercalar da política de coesão.

Como foram reafetados os fundos para reforçar a competitividade da Europa?

15,2 mil milhões de euros foram canalizados para o reforço da competitividade da Europa. Tal permite aumentar os investimentos na Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), reduzindo as principais vulnerabilidades e dependências tecnológicas em relação a países terceiros. Reforçará igualmente os esforços de descarbonização e de desenvolvimento de competências pertinentes para os trabalhadores e os empresários. Embora mantendo a tónica nas pequenas e médias empresas, o apoio ao abrigo da STEP foi também alargado a todas as empresas, independentemente da sua dimensão, em todas as categorias de regiões (regiões menos desenvolvidas, regiões em transição e regiões desenvolvidas). Tal inclui os investimentos no âmbito do projeto importante de interesse europeu comum e os relacionados com a descarbonização industrial dos processos e produtos de produção, incluindo na indústria automóvel.

Como foram os fundos redirecionados para a defesa, a preparação civil e a segurança da Europa?

Os fundos de coesão, no montante de 11,9 mil milhões de EUR, foram canalizados para a defesa, a preparação civil e a mobilidade militar, dando prioridade aos investimentos em dupla utilização, bem como ao desenvolvimento de competências em matéria de preparação civil e defesa. Uma parte substancial das reafetações neste domínio reforçará a mobilidade militar, em especial nos corredores de mobilidade militar da UE. As infraestruturas de transporte apoiadas serão utilizadas tanto em tempo de paz como de conflito, assegurando a conectividade e reforçando a capacidade de projeção e a interoperabilidade das forças de defesa e dos serviços de emergência em situações urgentes. Os investimentos apoiarão igualmente as indústrias de defesa e de dupla utilização para o desenvolvimento de tecnologias, produtos e serviços com aplicações tanto para fins militares como civis.

No que diz respeito à preparação civil, os investimentos reforçarão as capacidades para melhor antecipar e responder a novas crises, emergências e ameaças emergentes. O apoio da UE terá por objetivo reforçar, nomeadamente, a cibersegurança e a ciber-resiliência. Tal contribuirá para evitar ataques disruptivos e reforçar os centros de gestão do risco de catástrofes, a monitorização integrada multiriscos e os sistemas de alerta precoce, bem como os sistemas de prevenção precoce, todos destinados a melhorar os tempos de resposta e a atenuar os impactos das catástrofes. As competências reforçadas através de novos programas de coesão são relevantes para a preparação civil, a indústria da defesa e a cibersegurança. São essenciais não só no contexto militar, mas também na gestão de catástrofes naturais, emergências públicas e perturbações nas infraestruturas.

O que significam os resultados da revisão intercalar para os investimentos na habitação?

Os fundos da política de coesão reafetados a habitação sustentável e a preços acessíveis ascenderam a 3,3 mil milhões de EUR. Este financiamento visa facilitar o acesso à habitação a preços acessíveis e facilitar a renovação energeticamente eficiente do parque habitacional existente, beneficiando grupos vulneráveis como a comunidade cigana, os jovens e os idosos, as pessoas de rendimentos baixos e médios, as pessoas com deficiência e os sem-abrigo, bem como as pessoas em zonas escassamente povoadas e rurais. As iniciativas desenvolvidas no âmbito do Novo Bauhaus Europeu podem tirar partido destas novas oportunidades de financiamento. Estes investimentos são estruturais e de longo prazo, combinando a inclusão social, a transição energética, o desenvolvimento económico, bem como a coesão territorial e a competitividade, componentes essenciais dos objetivos da política de coesão da UE.

Como foram reafetados os fundos para assegurar a resiliência hídrica?

Foram reafetados 3,1 mil milhões de EUR em 16 Estados-Membros, destinando-se a maior parte do apoio à construção ou modernização das infraestruturas de águas residuais e de água potável e ao reforço da resiliência hídrica e da gestão sustentável dos recursos hídricos. Os investimentos previstos incluem igualmente o desenvolvimento de novos sistemas de armazenamento e de interconexões entre sistemas hídricos, a proteção dos ecossistemas aquáticos e a recuperação de zonas de elevado valor ambiental. Incluem também sistemas de alerta precoce para a prevenção de inundações, bem como uma maior eficiência no abastecimento de água através da digitalização, automatização e otimização.

Como foram reafetados os fundos para a transição energética?

Foi mobilizado um apoio total de 1,2 mil milhões de EUR em onze Estados-Membros, centrado no desenvolvimento de interligações energéticas e de infraestruturas de apoio. Os investimentos

previstos visam linhas elétricas transfronteiriças, incluindo interligações submarinas e subterrâneas. Outros investimentos centrar-se-ão na proteção das infraestruturas energéticas críticas, na instalação de pontos de carregamento para veículos elétricos, na infraestrutura para combustíveis alternativos e no desenvolvimento de sistemas energéticos inteligentes e do armazenamento conexo. Estes investimentos contribuirão para melhorar a segurança do aprovisionamento e para uma melhor integração das fontes de energia renováveis nos sistemas energéticos, baixando assim os preços da energia, reduzindo as emissões de gases com efeito de estufa e reforçando a vantagem competitiva da Europa.

De que forma a reprogramação dos fundos ajudou as regiões fronteiriças orientais a responder aos seus desafios?

Através da revisão intercalar, e a fim de apoiar a execução da estratégia da Comissão para as regiões fronteiriças orientais, estas regiões beneficiarão de condições favoráveis específicas. Os investimentos nas novas prioridades estratégicas são fortemente incentivados através de um pré-financiamento mais elevado dos programas e de taxas de cofinanciamento.

Foram reafetados quase 5,6 mil milhões de EUR nestas regiões, com destaque para a mobilidade militar, o desenvolvimento e o fabrico de tecnologias críticas e a indústria da defesa, juntamente com investimentos em competências, habitação e infraestruturas hídricas. Tal deverá permitir que a fronteira oriental da UE permaneça segura e competitiva e continue a atrair investidores, proporcionando simultaneamente oportunidades futuras aos seus habitantes. A formação, a melhoria de competências e a requalificação em tecnologias especializadas, também no setor da defesa, ajudarão os trabalhadores a abraçar o futuro com mais confiança.

Estes investimentos gerarão benefícios indiretos em toda a UE através das cadeias de abastecimento e do comércio. Aumentarão igualmente a segurança e a estabilidade de todo o continente e contribuirão para o objetivo da política de coesão de não deixar nenhuma região para trás.

Existia um limite para o montante dos fundos que poderiam ter sido reafetados às novas prioridades na revisão intercalar?

As reafetações às novas prioridades políticas foram voluntárias. Para beneficiar dos incentivos financeiros e das flexibilidades no âmbito da revisão intercalar, pelo menos 10 % dos recursos financeiros dos programas tiveram de ser reafetados a uma ou mais prioridades estratégicas através de alterações apresentadas até ao final de dezembro de 2025. Apenas os fundos ainda não autorizados para projectos específicos estavam, em princípio, disponíveis para reafecção. Embora os requisitos de concentração temática e de contribuição para o clima também tivessem de ser respeitados, foram flexibilizados para apoiar uma maior mobilização de fundos para as prioridades estratégicas.

Para mais informações

[Comunicado de imprensa](#)

[Revisão intercalar da política de coesão: resultados e fichas por país](#)

[Estratégia da UE para as regiões fronteiriças com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia](#)

QANDA/26/710

Contactos para a imprensa:

[Maciej BERESTECKI](#) (+32 2 29 66483)

[Isabel ARRIAGA-E-CUNHA](#) (+32 2 29 52117)

Perguntas do público em geral: [Europe Direct](#) pelo telefone [00 800 67 89 10 11](#) ou por [e-mail](#)